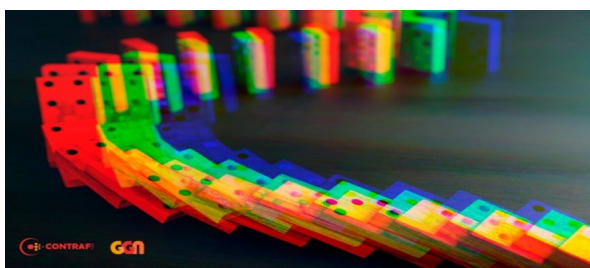


Os Erros de Fiscalização do Banco Central no Caso Master



O colapso do Banco Master, culminando na liquidação extrajudicial em 18 de novembro de 2025, não foi um acidente fortuito, mas a comprovação de que um banco não quebra apesar do Estado, mas exatamente do jeito que o Estado permite.

Ou seja: foi o resultado deliberado de um “jogo de acordos bancários”, tese central da obra *Fragile by Design*, de Charles Calomiris e Stephen Haber. Segundo os autores, sistemas financeiros instáveis não são falhas técnicas, mas construções políticas: pactos entre governos, reguladores e grupos de interesse que definem quem será protegido.

Enquanto o sistema americano sofreu 14 crises em 180 anos por repetir pactos espúrios, o Canadá mantém estabilidade desde o século XIX devido à solidez institucional.

O caso Master expõe a promiscuidade entre os poderes e uma “anomia institucional” sem precedentes. O que se viu foi a invasão de uma “legião de gafanhotos” no mercado, operando sob a égide de uma desregulação que transformou o crédito em um campo de negócios predatórios para “playboys deslumbrados” e testas de ferro, em detrimento da estabilidade soberana do país.

A ascensão do esquema Master foi facilitada por uma desarticulação proposital entre o Banco Central e a CVM. Essa fragmentação permitiu a existência do shadow banking (banco sombra), onde o grupo econômico real permanecia invisível aos olhos do Estado.

O exemplo máximo dessa falha é a holding Fictor: uma entidade com patrimônio líquido negativo que tentou adquirir o Master através de 17 “Sociedades em Conta de Participação” (SCPs) com sócios ocultos, operando totalmente fora do radar da supervisão integrada.

A falha consolidada operou em dois eixos de cegueira: O Banco Central (BC): Enxerga estritamente o crédito bancário e títulos públicos, ignorando as manobras nos fundos. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Monitora apenas títulos privados e fundos, sem mapear a conexão com o caixa dos bancos ou as SPEs (Sociedades de Propósito Específico).

Como resultado, ninguém monitorou o grupo como um todo. Essa lacuna permitiu golpes colossais, como o do Fundo Bravo (R\$ 7,2 bilhões), onde a circularidade de recursos entre “fundos irmãos” ocultava a insolvência total do grupo.

- Leia a matéria completa em nosso site -